

BRASIL E URUGUAI EM ANÁLISE COMPARADA: A REELEIÇÃO DOS CHEFES DOS EXECUTIVOS LOCAIS (2000-2010)

MÖRSCHBÄCHER, Melina¹; BARRETO, Alvaro²

¹ Acadêmica do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista PIBIC/CNPQ/UFPEL; ² Docente do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Doutor em História pela PUCRS.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo faz uso de variáveis institucionais, com a pretensão de uma análise comparada entre a dinâmica política de dois países, Brasil e Uruguai. Por meio de resultados eleitorais, visa-se a um diagnóstico das conseqüências e das possibilidades oriundas de reformas de caráter institucional. É válido enfatizar que tanto o Brasil como o Uruguai possuem sistemas presidencialistas e adotam a representação proporcional. Não obstante, enquanto aquele se organiza sob a estrutura federativa, este tem como organização constitucional e política o Estado Unitário.

O Brasil e o Uruguai são países que diferem significativamente em diversos aspectos – geográfico, populacional, lingüístico, político, social e cultural. Apesar da importância de averiguar a intensidade e as conseqüências de cada uma dessas instâncias nacionais, opta-se por partir de um estudo das regras políticas institucionais para, então, contextualizar comportamentos eleitorais – que tangem, por fim, alguns dos aspectos distintivos do Brasil e do Uruguai já assinalados.

A caracterização do panorama político de ambos os estados latino-americanos revelou uma aproximação de seus sistemas políticos no final dos anos 1990. As distâncias institucionais foram minimizadas através de significativas reformas políticas: a possibilidade de reeleição imediata para mais um único mandato do chefe do executivo dos três níveis da administração pública – adotada pelo Brasil por meio da Emenda Constitucional 16, de 4 de julho de 1997 – e a criação de um calendário eleitoral autônomo, ou seja, a separação da eleição nacional das eleições departamentais – em vigor no Uruguai a partir de janeiro de 1997 como resultado de uma ampla reforma institucional.

Em relação ao Brasil, que não fazia uso da experiência de reeleição desde a República Velha, pode-se perceber, concomitantemente a essa novidade institucional, a inauguração de maiores oportunidades de disputa pelo poder, o que demanda novas estratégias por parte dos partidos políticos.

O Uruguai, por sua vez, utiliza-se desse mecanismo de reeleição desde 1934. A novidade, no que lhe diz respeito, é a possibilidade de novos embates eleitorais onde se ganha força o caráter local, pois em um sistema em que as eleições nacionais e departamentais vinham a coincidir, a segunda condicionava-se à primeira.

O estudo apresenta o impacto que, recentemente, pôde ser identificado no modo de fazer política dos dois países. A partir dessas importantes alterações institucionais, são analisados dados das eleições do Brasil e do Uruguai, considerando como variável – que torna possível a comparação de seus sistemas políticos e esclarece em que medida as duas realidades se aproximam – a reeleição do chefe do executivo municipal (Intendente no Uruguai e Prefeito no Brasil). Assim, a pesquisa compreende o efeito das novidades institucionais – reeleição no Brasil e

calendário autônomo no Uruguai – sobre o comportamento dos candidatos e direcionamento dos resultados eleitorais. O foco recai sobre o fenômeno da reeleição, onde podem ser observados os efeitos políticos de ambas as reformas.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O estudo tem base em uma intensa revisão bibliográfica e na coleta de dados eleitorais. O material selecionado abrange os resultados das três últimas eleições realizadas nos dois países (2000, 2004 e 2008 no Brasil e 2000, 2005 e 2010 no Uruguai). A fim de considerar as distorções de dimensão dos processos, foram selecionados, com vistas à comparação dos pleitos, 19 departamentos uruguaios e 62 municípios brasileiros (as 26 capitais estaduais e os 36 que, desde 2000, poderiam realizar eleições em dois turnos). Assim, a pesquisa abarca 243 disputas (186 no Brasil e 57 no Uruguai).

Para melhor elucidar as possibilidades decorrentes da presente análise, o estudo faz uso de categorias bastante precisas: “reapresentação” ou *incumbent*; “desistência”; “reeleição ou sucesso”; “fracasso”; “retorno”; “reeleição mediada”; “renovação”; e “desafiantes”. A pesquisa segue por dois eixos de análise, um centrado nos concorrentes individuais e outro no impacto do resultado para os partidos políticos (considerando, especialmente, se contam com o *incumbent*).

Propõe-se, neste trabalho, um procedimento metodológico de investigação destinado a comparar os dados coletados, analisando as circunstâncias de cada caso para, então, classificá-los. Nesse sentido, foi preciso considerar diversas fontes. Em relação aos dados a respeito do Uruguai – dados eleitorais e no que se refere aos candidatos – foram usadas fontes bibliográficas. As obras sobre os ciclos de 1999-2000 e de 2004-2005, organizadas pelo Instituto de Ciência Política da Universidad de la República, trazem grande parte das informações. Também, em algumas ocasiões, foram necessários os autores Magri e Cardarello, bem como o *site* “El Espectador” e o *site* do jornal “El País”.

No caso brasileiro, a busca de dados configurou-se em uma situação bastante distinta, devido à ausência de informações sistematizadas a respeito dos titulares dos governos municipais. De início utilizou-se informações do *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, foram necessárias, ainda, pesquisas em artigos e diversos *sites*: Wikipédia, institucionais (prefeituras, sobretudo), de alguns políticos e de órgão da imprensa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise de dados eleitorais, e considerando a história e perfil políticos do Brasil e do Uruguai, apresentados e sugeridos pela bibliografia selecionada. Foi possível apresentar alguns resultados sobre o comportamento eleitoral, bem como a comparação das variações que ocorrem entre os países a luz de prováveis motivações políticas.

Considerou-se a condição dos chefes dos executivos locais do Brasil e do Uruguai quanto a: concorrer à reeleição imediata, reapresentação destes (em relação aos que podiam fazê-lo) e o resultado que obtiveram. Também foram identificados aqueles que derrotaram o *incumbent* nas eleições locais e o resultado das disputas quando o adversário é um ex-chefe do executivo ou um candidato que nunca exerceu o cargo. Ainda apresentou-se o resultado dos pleitos nos quais o *incumbent* não concorreu.

O trabalho fez uso do método comparativo, aplicado a unidades subnacionais. Assim, os dados analisados nos permitem perceber o impacto que a reeleição do chefe do executivo local tem causado nas organizações políticas brasileira e uruguaia. Através do estudo de um total de 243 pleitos, foi possível identificar ajustes e tendências a partir das mudanças institucionais de 1997.

Outras questões importantes foram sugeridas no decorrer do estudo, no que tange à causalidade e ao significado dos resultados obtidos nessa pesquisa. Também há menção a interpretações diversas sobre a questão partidária no Uruguai e sobre as peculiaridades de cada sistema nacional. No entanto, não é objetivo da pesquisa aprofundar tais temáticas e justificar as diferenças entre os dois países.

4 CONCLUSÃO

Os sistemas políticos do Brasil e do Uruguai são reconhecidamente diferentes, através das reformas políticas realizadas em 1996, porém, observou-se uma sincronia em suas dinâmicas e resultados – principalmente no que diz respeito à questão da reeleição. Verificou-se que o sucesso do *incumbent*, bem como a procura por essa conquista são bastante representativas.

O espaço político em disputa claramente segue tendências no que diz respeito à conquista do cargo de Prefeito ou Intendente, apesar de no Brasil a incidência da conquista de espaço por aqueles prefeitos que buscam a reeleição ser maior do que no Uruguai (73% a 60%).

É importante sintetizar de que forma o espaço de chefe do executivo local tem sido ocupado. Enquanto no Brasil podemos observar 46% de reeleição do *incumbent*, 12% de ex-prefeitos e 41% a novos atores políticos, no Uruguai o sucesso do *incumbent* ocorreu em uma porcentagem de 39% dos pleitos, de ex-prefeitos em 9% e a conquista por parte de novos desafiantes em 53%.

O intento da pesquisa, inicialmente, foi entender e quantificar a participação do *incumbent* nos dois países. Porém, a partir desse diagnóstico torna-se possível fazer outras inferências, pois com novas regras no jogo político modificam-se, também, as oportunidades e estratégias dos atores e partidos políticos.

5 REFERÊNCIAS

BUQUET, Daniel (Coord.). **Las claves del cambio. Ciclo electoral y Nuevo Gobierno.** 2004-2005. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política, 2005.

CARDARELLO, Antonio. Entre la continuidad y la disidencia: perfiles de campaña en Maldonado, Paysandú, Salto y Colonia In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). **La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay.** Montevideo: Banda Oriental, 2001.

EL PAIS. Elecciones Departamentales 2010. Disponível em: <http://participacion.elpais.com.uy/eleccionesdepartamentales2010/>

ESPECTADOR.COM. Especial Municipales 2005. Disponível em: http://www.espectador.com/_municipales/x_departamentos.php

LOPEZ, Santiago. ¿Cuán “locales” son las elecciones municipales en Uruguay? Estimando independencia de resultados y comportamientos electorales. **Revista Uruguay de Ciencia Política**, Montevideo, v. 16, n. 1, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S079797892007000100006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 25 ago. 2010.

MAGRI, Altair. La Llave del triunfo electoral en mayo 2000: reelección, continuidad y “por la vuelta” In: Vários Autores. **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Banda Oriental/ Instituto de Ciencia Política, 2000.

MENDES, Marcos/ ROCHA, Carlos Alexandre Amorim. **Reeleição sob informação imperfeita: evidência para os municípios brasileiros**. Série Texto para discussão. Brasília: Departamento de Economia/UnB (313), jun. 2004. 1-27 Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/313maio2004MarcoseCAlexandre.pdf>

MENEGUIN, Fernando B. / BUGARIN, Maurício / CARVALHO, Alexandre X. de. **O Que leva um governante à reeleição?** Textos para discussão. Brasília, IPEA (1135), nov. 2005. 1-31. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1135.pdf

TRAVERSA, Frederico. Elecciones municipales de mayo de 2000: una perspectiva de análisis para interpretar los resultados y el caso particular del departamento de Colonia In: LAURNAGA, María Elena (Coord.). **La Geografía de un cambio. Política, gobierno y gestión municipal en Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 2001.

Vários Autores. **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Banda Oriental/Instituto de Ciencia Política, 2000.